

Paulo Saint Pastous Caleffi

# **Presunção de Inocência e Execução Provisória da Pena no Brasil**

*Análise crítica e impactos da  
oscilação jurisprudencial*

**2ª Edição**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2018

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Revisão: Patrícia Aragão  
Diagramação: Bianca Callado  
Foto da Capa: Gil Ferreira SCO/STF

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

C148p

Caleffi, Paulo Saint Pastous.

Presunção de inocência e execução provisória da pena no  
Brasil : análise crítica e impactos da oscilação jurisprudencial /  
Paulo Saint Pastous Caleffi. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen  
Juris, 2018.

188 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 149-167.

ISBN 978-85-519-0908-9

1. Direito Processual. 2. Direito Penal. 3. Direito à Presunção  
de Inocência. 4. Garantia Constitucional. 5. Supremo Tribunal  
Federal (STF). I. Título.

CDD 347

# Sumário

<b>Prefácio à 2ª Edição .....</b>	<b>XI</b>
<b>Prefácio à 1ª Edição .....</b>	<b>XV</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1 A Constituição como Limite: Revisitando a Garantia Fundamental da Presunção de Inocência .....</b>	<b>5</b>
1.1 Presunção de Inocência no Estado Constitucional de Direito .....	6
1.2 Presunção de Inocência como Norma de Tratamento....	24
1.3 Presunção de Inocência como Norma Probatória .....	33
1.4 Presunção de Inocência como Norma de Juízo.....	40
<b>2 A Execução Provisória da Pena Privativa de Liberdade: Considerações Acerca da Vigência dos Dispositivos (I)Legais Atinentes ao Instituto e a Oscilação Jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal .....</b>	<b>51</b>
2.1 A Execução Provisória da Pena Privativa de Liberdade: da vigência à revogação dos dispositivos (i)legais .....	53
2.2 A Esfera Recursal Federal como Mero Rito de Passagem.....	60
2.3 A Oscilante Trajetória Jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal acerca da Execução Provisória da Pena Privativa de Liberdade.....	65

<b>3 As Decisões do Supremo Tribunal Federal Acerca da Execução Provisória da Pena Privativa de Liberdade e seus Impactos nos Sistemas Processual e Penitenciário Brasileiros .....</b>	<b>85</b>
3.1 Análise das Decisões do Supremo Tribunal Federal: os argumentos favoráveis ao instituto da execução provisória .....	86
3.1.1 Voto do ministro Teori Zavascki no <i>Habeas Corpus</i> 126.292 .....	86
3.1.2 Voto do ministro Luiz Edson Fachin no pedido de medida cautelar nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44.....	91
3.1.3 Voto do ministro Luís Roberto Barroso no julgamento do <i>Habeas Corpus</i> 152.752 (ex-presidente Lula): um necessário esclarecimento acerca da pesquisa do índice de êxito dos recursos interpostos pela defesa no STJ.....	95
3.2 A Execução Provisória da Pena Privativa de Liberdade Embasada em Ordenamentos Jurídicos Estrangeiros: breves considerações acerca da inadequada comparação.....	102
3.3 Da Previsão Contida no Art. 283 do Código de Processo Penal: vedação da prisão (como regra) antes do trânsito em julgado da sentença condenatória .....	111
3.4 Dos Dispositivos Inculpidos na Lei nº 7.210/84 (Execução Penal) e a Necessidade do Trânsito em Julgado da Sentença Condenatória .....	118
3.5 A Execução Provisória da Pena Privativa de Liberdade em Detrimento da Fundamentação do Decreto de Prisão Preventiva .....	122
3.6 A Prescrição da Pretensão Executória e o Marco Inicial para a sua Contagem.....	125

3.7 A Irretroatividade da Jurisprudência Maléfica.....	127
3.8 Do Não Atendimento aos Postulados Previstos na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e na Convenção Americana de Direitos do Homem (Pacto de San José da Costa Rica) .....	132
3.9 O Impacto da Execução Provisória da Pena Privativa de Liberdade no Sistema Penitenciário Brasileiro.....	136
<b>Considerações Finais</b> .....	145
<b>Referências</b> .....	149